

OS RETORNADOS BRASILEIROS

META

O aluno deverá compreender a experiência dos chamados de retornados, e identificar uma relação existente entre algumas cidades da costa africana e o Brasil.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

identificar alguns aspectos culturais e econômicos dos retornados; bem como analisar a relação Brasil e algumas cidades portuárias da Costa africana no século XIX.

PRÉ-REQUISITOS

O aluno deverá ter domínio do contexto brasileiro do século XIX, incluindo as revoltas africanas e a repressão aos africanos, como também elementos sobre a escravidão na África e o tráfico de escravos.



Imagem dos Agudás, povos descendentes de escravos libertos no Brasil que retornaram a Benim, África. (Fontes: <http://www.studium.iar.unicamp.br>).

INTRODUÇÃO

Na década de 30 dos Oitocentos inúmeros africanos e seus descendentes que foram escravizados no Brasil retornaram para a África. Os primeiros retornados foram deportados como punição dos levantes malês que ocorreram na Bahia no período. No entanto, inúmeros africanos retornaram para as terras africanas por escolha. Ressalto que no final do século XVIII e início do XIX, migraram alguns brasileiros como o Francisco Félix de Souza que eram livres, alguns mulatos e se envolveram com o tráfico.

Esse é um dos temas mais estudados pelos brasileiros que se debruçaram na história da África, assim temos o trabalho de Manuela Carneiro da Cunha, Alberto da Costa e Silva, Mônica Lima, Milton Guran e Pierre Verger. O último era um francês, mas que viveu durante muitos na Bahia. Novas fontes foram pesquisadas, nos oferecendo novas informações sobre os que chamaremos nesta aula de retornados, africanos e seus descendentes que viveram nas Américas e retornaram para África, no entanto, estaremos abordando principalmente os que viveram no Brasil. Saliento tratar-se de um tema instigante abordado por produções bibliográficas históricas, obras ficcionais e filmes no formato documentários, como “Os retornados” produzido pela Globo News nos 120 anos da abolição da escravatura e o filme Atlântico Negro, A Rota dos Orixás realizado por Renato Barbieri nos 110 anos da abolição da escravidão no Brasil.



Imagem da capa do documentário “Atlântico Negro, na rota dos orixás”. (Fontes: <http://epiritualistas.files.wordpress.com>).

DA ÁFRICA PARA O BRASIL

Nos Oitocentos, principalmente após a década de 30, inúmeros africanos e seus descendentes que foram escravizados no Brasil retornaram para a África. Os primeiros retornados foram deportados como punição dos levantes malês que ocorreram na Bahia no período. No entanto, inúmeros africanos retornaram para as terras africanas por escolha. Pós 1835, O Brasil, principalmente o Rio de Janeiro e Salvador se transformaram em áreas de grande repressão aos africanos e suas práticas. Segundo Mattos, os africanos também foram excluídos da cidadania brasileira, no momento que o Brasil esta se formando enquanto Estado-Nação e estava sendo discutido que seriam os cidadãos brasileiros. Esses elementos promoveram a intensificação dos laços de solidariedade, e também motivou o retorno de milhares de africanos. Além de alguns africanos desejarem regressarem para a terra dos seus ancestrais. Ressalto que no final do século XVIII e início do XIX, migraram alguns brasileiros como o Francisco Félix de Souza que eram livres, alguns deles eram mulatos e se envolveram com o tráfico.

Conforme foi mencionado na introdução, esse é um dos temas mais estudados pelos brasileiros que se debruçaram na história da África. E nesta aula estarei utilizando principalmente as idéias de Manuela Carneiro da Cunha e a tese de doutorado de Monica Souza. A nomenclatura para se referir a esses africanos que retornaram é diversa, crioulos ou brasileiros como eles se auto-identificam. Agudas e brasileiros como são identificados em algumas localidades africanas. Utilizarei nesta aula a expressão retornados adotando a forma que Souza os denominou, pois essa expressão apesar de não ser utilizada pelos mesmos, evidencia a trajetória de africanos que retornaram ao continente que nasceram como também utilizaria o conceito de retorno do sociólogo argentino Sayad, através desse conceito demonstra a condição de migrante que os africanos tinham. Por fim, devido ao fato de estar abordando, sobretudo sobre os retornados que voltaram do Brasil, também utilizarei a expressão brasileiros.

OS RETORNADOS

Os retornados brasileiros, ou seja, os que saíram do Brasil se instalaram principalmente no atual litoral nigeriano, e sobretudo, nas cidades portuárias como Aguié, Anecho, Ajudá (Uidá), Cotonu, Porto Novo, Badagri e Lagos. Souza aponta ainda que o destino de alguns libertos africanos que embarcaram no Rio de Janeiro foi Angola, ainda segundo a autora principalmente Luanda devido as atividades comerciais e ao negocio do tráfico e esses elementos permitiriam os retornados se inserirem em atividades econômicas. (SOUZA, 2008, 139)

Algumas famílias de libertos saíram do Rio de Janeiro, passaram pela

Bahia e lá decidiram o seu destino que eram principalmente Lagos ou Badagri. A embarcação muitas vezes era brigues ingleses, mas também havia as portuguesas. As passagens eram caras, e o valor muitas vezes tinha que ser pago adiantado. A viagem era longa, principalmente para os que saíam do Rio de Janeiro, pois a embarcação ficava alguns dias no Porto de Salvador. A maioria dos africanos que regressaram embarcaram em Salvador, o segundo porto mais utilizado foi o Rio de Janeiro. (SOUZA, 2008, 150)

Não se têm o número exato de africanos que passaram pela experiência de retornarem ao solo africano. Para Cunha o número girou em torno de 4500 pessoas, Souza encontrou um número menor de registros, em torno de 3508. Mas a autora admite que alguns registros podem ter escapado a sua pesquisa e principalmente porque a mesma não trabalhou todo o século XIX. Souza cita Milton Guran que chegou ao número de 8 mil pessoas. Entretanto, Souza defende que o número de retornados brasileiros deve ter sido maior e enfatiza que houve retornados de outras áreas da América como Cuba.

Alguns africanos na Bahia, ao acertarem o seu retorno para África, publicavam no jornal essa decisão em alguns casos por mais de um dia. Para Souza, essa ação poderia ter vários significados, uma vaidade por ter conseguido alforriar-se e a toda sua família e ainda acumular dinheiro para retornar. Tornar público a sociedade a sua escolha e assim evitar constrangimentos, como por exemplo, o de ter sua alforria questionada. Outra possibilidade é eles poderiam ser mensageiros ou portadores de encomenda para entes queridos que residissem na outra margem do Atlântico e por fim, referências para os que ficaram e que pretendiam um dia fazer a viagem de retorno. (SOUZA, 2008, 99-100)

Para Cunha, os africanos que retornaram eram em sua maioria iorubas, provenientes de algumas cidades-estado, como do Reino de Oió e Egba. O declínio de Oio e a ascensão do Reino do Daomé no final do século XVIII e início do XIX explicam o grande número de escravizados desse reino. E muitos eram islâmicos também em virtude das guerras que lá ocorreram contra os mesmos. Nas memórias dos descendentes dos retornados há sempre a menção de ascendentes nupes, hauças e baribas. (CUNHA, 1985, 107)

A escolha pelas cidades do litoral se deu principalmente pelo fato de serem cidades portuárias e por isso tinham um comércio ativo e também o receio de serem reescravizados caso fossem para o interior, esse temor existia principalmente entre os iorubas e os hauças. Como também por conta dos ingleses criaram um consulado em Lagos em 1851; e posteriormente em 1861 forçaram o rei Docemo vender a ilha para os mesmos e criaram a colônia. Por conta disso, Lagos tornou-se uma cidade segura para os africanos retornados. Além disso, o rei Docemo e o seu antecessor, o rei Akitoye, cobravam um tributo de dez sacos de cauris para cada família que desejasse se fixar em Lagos, e o cônsul inglês forçou a retirada desse imposto em 1857.

O COMERCIO COM O BRASIL

O tráfico ilegal cresceu entre os anos de 1820 e 1849, as principais localidades que receberam esses escravos foram Cuba e o Brasil, no último teve destaque a Província da Bahia. Existia um comercio intenso entre a chamada Costa dos Escravos, próximo ao golfo do Benim e o Brasil, principalmente a Bahia. Até 1850, esse comercio era em grande parte troca de escravos por aguardente e tabaco. Os principais portos que comercializavam com o Brasil era Lagos, Uida, Porto Novo e Badagry. Vários traficantes brasileiros, alguns mulatos, se estabeleceram em Lagos e cuidavam desse negocio. E os retornados brasileiros também se inseriram nesse comercio.

Em Uidá, havia uma comunidade de traficantes de escravos e muitos desses eram brasileiros e alguns, e após 1830 alguns eram africanos libertos. A origem dessa remonta a Francisco Félix de Souza que foi para Uidá por volta de 1800 trabalhar em um forte português e posteriormente se transformou em comerciante independente, chegando a ser o chachá do rei Gezo, por volta de 1820. Esse traficante teria criado em Uidá um bairro que posteriormente foi chamado de Brasil. Este bairro era formado por escravos, sua grande família, ele era poligâmico e clientes livres. Esse bairro aumentou com os africanos que retornaram do Brasil para África, sobretudo os iorubas.



Francisco Félix (Fonte: <http://upload.wikimedia.org>).

Pós anos trinta entraram novos comerciantes de escravos em Uidá, Francisco Félix e o seu parceiro envelheceram e por isso entraram novos comerciantes. A decadência de Souza também foi ligado as grandes perdas de escravos decorrente das capturas de navios pela marinha britânica. Em

decorrência desses elementos contraiu dívidas nas praças comerciais de Cuba e do Brasil e por isso o rei Gezo interviu e diminuiu os privilégios de Souza em Uidá, permitindo a instalação de outros comerciantes.

Um dos grandes traficantes pós Souza foi o brasileiro José Francisco dos Santos que traficou após 1844 para a Bahia e para o Rio de Janeiro, os escravos eram exportados através de Pequeno Popó e Agoué. Ele teria trabalhado com Souza, casado com a sua filha mais velha e posteriormente teve seu próprio negócio.

Outros traficantes foram Jacinto Joaquim Rodrigues, José Joaquim das Neves, Joaquim d'Almeida e José Martins. O segundo e o terceiro eram escravos libertos e retornados. O terceiro recebia escravos do Rei Gezo através de um fornecedor local, Azanamado Houénou; quebrando o monopólio de Souza que era o único que recebia escravos diretamente do rei do Daomé. O último fez fortuna em Lagos, retornou a Bahia, posteriormente retornou novamente para África Ocidental, para Porto Novo também comprando escravos do Rei Gezo. Segundo Cunha, havia em Uidá 15 libertos negociando escravos com os brasileiros. (CUNHA, 1985, 109)

A comunidade mercantil de Lagos sofreu com as pressões inglesas, que proibiu o tráfico de escravos no porto de Lagos quando esse se transformou em uma espécie de protetorado inglês. Por conta disso alguns traficantes daquela localidade migraram para Uidá. E os Souza foram declinando aos poucos, pois os negócios nos portos vizinhos foram tomados por outros africanos.

Em 1851, a marinha britânica pressionava e fiscalizava o tráfico de escravos em toda Costa do Marfim, e por isso incluía Uidá. Por conta dessa pressão, o Rei Gezo aceitou abolir o tráfico em 1852. No entanto, esse acordo, anglo-daomeano, teve uma importância mais simbólica que prática, pois o tráfico com o Brasil se encerrou em 1850 em decorrência das pressões inglesas nos portos brasileiros. Provocando a extinção do tráfico por parte do Brasil. Assim alguns traficantes começaram a se envolver com o comércio legal, o do azeite de dendê, e os preços dos escravos caíram.

A posição dos brasileiros em relação ao tráfico gera debates, para John Yoder os brasileiros eram os principais inimigos dos britânicos, por serem favoráveis ao tráfico, no entanto para Robin Law, a maioria dos brasileiros já estava envolvido no chamado comércio legal ou legítimo, com o azeite de dendê. Os Souza se envolveram no tratado anglo-daomeano, seja como intérprete ou como conselheiros. Segundo algumas fontes eles eram favoráveis ao bloqueio, mas tinham receio de represália do rei do Daomé. Isso mostra que a comunidade mercantil de Uidá via possibilidades de sobreviver como comerciantes sem o tráfico.

O final do tráfico não significou o fim das transações comerciais entre Uidá e Brasil. Havia a demanda de produtos brasileiros como o tabaco e a cachaça e esses continuaram sendo importados para o Golfo do Benim. Por conta do tráfico de africanos cresceu uma demanda de produtos africanos

da Costa Ocidental no Brasil, sobretudo na Bahia, produtos como tecidos, azeite de dendê, noz de cola. Assim, uma parte dos produtos brasileiros eram pagos com a venda desses produtos africanos, pois o mercado para os produtos africanos era limitado. A outra parte era paga com dólares de prata ou dobrões de ouro conseguidos com via tráfico de escravos com Cuba ou a venda de produtos legítimos para a Europa. A segunda geração da família Souza, o Julião Félix de Souza, neto de Souza era envolvido nesse comércio.

O tráfico de escravos para Cuba ainda resistiu por algum tempo, até 1866. As autoridades espanholas resistiram ao bloqueio britânico, com isso alguns espanhóis e brasileiros forneceram escravos para Cuba. Entre 1851-52 o bloqueio a Uidá atingiu a Cuba, mas logo em seguida o tráfico reviveu, pois os britânicos se estabeleceram em Lagos. Após 52 o tráfico ressurgiu em portos próximos a Uidá, e após 54 ocorreram em Uidá. Os comerciantes que dominaram o comércio com Cuba foram novos comerciantes

Uma alternativa para os traficantes após a extinção do tráfico brasileiro foi o envolvimento com o comércio legítimo, dentre os produtos estavam o azeite de dendê, castanha do coco do dendezeiro. Após a extinção do tráfico com Cuba essa seria a única opção para os comerciantes brasileiros continuarem comercializando. Ressalto que os principais mercados eram a Inglaterra e França. Francisco Félix de Souza também negociou azeite de dendê. Todavia, a mão de obra utilizada nas fazendas que produzia azeite nas proximidades de Uidá era escrava. O Rei Gezo empregava escravos nas suas plantações de dendê.

Em Lagos o chamado comércio legítimo ou inocente também foi uma opção para os retornados após a extinção do tráfico. A palmeira do dendê é uma planta nativa do golfo do Benim e por isso é uma planta que possuía um clima e solo propício para ser cultivada. E havia uma demanda pelo óleo do azeite, como também de outros óleos por parte da Europa e principalmente Inglaterra para servir de lubrificante e combustível para as suas máquinas industriais. E ainda fazia-se sabão e velas com a palmeira do dendê.

O comércio de escravos era mais lucrativo que o comércio legítimo e por isso que o comércio de azeite e de outros produtos foi secundário enquanto o tráfico de escravos foi possível. Segundo Cunha havia um receio que o comércio entre o Brasil e Lagos fosse extinto, no entanto, de maneira marginal ele perdurou por algumas décadas. O fumo e a cachaça brasileira tinham um mercado no outro lado do Atlântico. Além dos citados, os moradores de Lagos importavam outros produtos em menor escala dos brasileiros, como louça, móveis e roupas. A culinária chamada de brasileira, forçava os africanos a comprarem alguns produtos como a carne do sertão e o bacalhau para fazerem a comida que era tida em Lagos como sofisticada. (CUNHA, 1985, 118)

O Brasil importava menos que exportava de Uida e Lagos, pós 1850. Conforme foi citado, os africanos que residiam principalmente na Bahia compravam o azeite de dendê que era utilizado apenas na culinária e por

isso o consumo era inferior que os países europeus. Além do azeite havia os panos da Costa, cabaças, palhas, sabão da costa dentre outros. As importações baianas eram geradas por necessidades religiosas e étnicas. Os religiosos não substituíram os elementos africanos utilizados nos ritos. Diferentemente da culinária ioruba na Bahia que fez algumas substituições de produtos africanos, como a semente de egusi pelo leite de coco. Para Cunha esses elementos mostram “arbitrariedade dos valores étnicos, e para a sua função primária, que é a expressão da diferença.” (CUNHA, 1985, 120)

O azeite de dendê era levado para a Bahia e de lá era distribuído em outros portos, como o do Rio de Janeiro e Pernambuco. Pois havia uma falta de transporte para esse comercio.

Por fim, alguns desses retornados após se fixarem na África, fizeram inúmeras viagens ao Brasil, fosse por motivos religiosos, ou por motivações comerciais. Esses contatos reavivavam a Nigéria no Brasil e o Brasil na Nigéria.

OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Alguns dos africanos levaram capital e outros acumularam fortuna em Lagos conforme foi mencionado através do comercio que existia entre Brasil e Lagos. Ou ainda através do exercício dos ofícios que aprenderam no Brasil como ferreiro, ourives ou carpinteiro. Muitos deles prestaram serviços para os colonos ingleses, como padeiros, pedreiros dentre outros. As mulheres eram conhecidas por ser costureiras e quitandeiras.

Além do comercio, e dos ofícios os africanos também eram agricultores e inseriram alguns alimentos na dieta alimentar como o milho e a mandioca. Ambos se juntaram ao inhame no consumo da cidade de Lagos. Os brasileiros juntamente com os saros[iorubas resgatados pela marinha Britânica e foram para Serra Leoa e de lá retornaram para a Costa, próxima ao Golfo do Benim.] se ocuparam da agricultura. No entanto, o governador de Lagos, Moloney, apostava nos retornados “brasileiros” como melhores agricultores, pois os saros não se fixaram na agricultura em Serra Leoa. E o governador defendia ainda que os “brasileiros” influenciaram os demais africanos no cultivo de alimentos. E por acreditar nos benefícios da mão de obra dos retornados o mencionado governador criou políticas de incentivo na década de 80 para que ocorressem migrações de africanos que residissem no Brasil. No entanto, essa política não obteve sucesso devido ao pequeno número de africanos que residiam no Brasil no período, bem como por conta da abolição em 1888.

O incentivo a agricultura era necessário, pois Lagos dependia do fornecimento dos produtos do interior, e quando ocorriam os conflitos as rotas eram fechadas. E o governador também reconhecia a fragilidade da produção em larga escala de apenas um produto, o dendê. Por isso, inseriu mudas de cacau, café, algodão dentre outros produtos.

ASPECTOS POLÍTICOS DOS RETORNADOS

No campo político, os brasileiros e saros apoiaram os ingleses para se manterem independentes dos interesses locais. Os saros eram considerados súditos ingleses e os brasileiros acompanhavam os mesmos nessa condição. Em 1855, o cônsul inglês criou um tribunal para julgar os casos que envolviam saros, brasileiros e cubanos, ou seja, com autonomia do rei de Lagos que só interviria quando na situação envolvesse indígenas e algumas das categorias citadas. Os chefes de guerra reclamavam das regalias que os retornados tinham e lembravam que alguns deles foram escravizados por eles.

Segundo Verger, os habitantes de Lagos viam com mais simpatia os brasileiros que os saros, pois os últimos eram mais ricos e ocidentalizados que os brasileiros.

Em grande parte os africanos se mantiveram afastados das autoridades tradicionais de Lagos, mas existiam os que apoiavam o rei Docemo. Para Cunha, as alianças políticas dos retornados eram traçadas de acordo com o comércio. E eles queriam gozar do prestígio de serem ocidentalizados, como também de manterem relações nas suas cidades de origem. Essa posição intermediária foi alterada na década de 90, momento que Lagos se tornou Protetorado Britânico e começou a dominar a região interiorana e que ocorreu uma migração inglesa que ocupou cargos que anteriormente eram dos retornados. (CUNHA, 1985, 139)

ASPECTOS CULTURAIS

A comunidade brasileira em Lagos bem como a de Uidá se formou em torno de grandes comerciantes que lá se estabeleceram, em torno deles havia inúmeras famílias pobres que criaram uma rede de trocas e de solidariedade.

Para Law, a denominação de comunidade brasileira para a que havia em Uidá é reducionista, pois havia egressos de outras colônias portuguesas como Angola e de colônias espanholas, como o traficante que se associou a Francisco Félix, o Juan José Zangronis. E esse grupo brasileiro se identificou com Portugal após 1822. O termo Agudá significa portugueses incluindo os brasileiros. Os pontos que identificavam essa comunidade brasileira eram a língua portuguesa e a religião católica. Poucos “brasileiros” ex-escravos que retornaram eram muçulmanos e esses construíram uma Mesquita na cidade de Uidá no bairro chamado Maro. O batismo e a liderança de Francisco Félix de Souza eram fatores de unidade da comunidade brasileira. As pessoas estavam ligadas a ele por parentesco, ligações comerciais seja como cliente ou como parceiro.

A educação dos jovens, filhos dos retornados, que viviam em Lagos, era rigorosa e baseada nos castigos físicos, disciplina, respeito as pessoas mais velhas, uma vivência na religião, deveriam aprender um ofício e

por fim serem pontuais. Alguns desses jovens cursaram universidades e bacharelaram-se como os irmãos Alakija que se tornaram advogados.

Os casamentos eram em sua maioria endogâmicos, realizados dentro da comunidade, e poligâmicos. Segundo Cunha, muitos eram instáveis também, devido a grande circulação de pessoas fosse no comércio ou ainda os artesãos prestando serviços.

Os retornados brasileiros eram membros de associações de ajuda mútua, e grande parte delas era de cunho religioso e com semelhanças com ao Egbe ioruba que também possuíam similaridades com as irmandades católicas que existiam no Brasil. A Egbe “Flor do Dia” e a Aurora Relief Society eram as mais populares entre os retornados brasileiros. Alguns deles faziam parte de mais de uma associação. Estas tinham como finalidade cuidar dos rituais do casamento e principalmente dos associados ao enterro. Através do enterro se percebia o prestígio, dinheiro e poder do indivíduo. Por isso o pertencimento a várias associações, pois no enterro todas estariam presentes. Também criaram uma sociedade secreta que apenas os homens ricos podiam participar, uma espécie de ogboni ou de loja maçônica como os padres desconfiavam. (CUNHA, 1985, 143-144)

Os retornados tinham uma grande visibilidade cultural, pois se envolviam no teatro, nas danças e em cantos. Havia uma companhia dramática Brasileira que realizava apresentações em homenagem ao aniversário de D. Pedro II e da rainha Vitória. Além das peças, faziam exposições de violão e de violino. Havia também associações que organizavam bailes entre os retornados da elite de Lagos, os mesmos que possuíam cavalos de corrida e que visitavam o palácio do governo.

Existiam algumas manifestações culturais aprendidas no Brasil, principalmente de caráter religioso, que reunia todos os retornados, não apenas os ricos, como as citadas anteriormente. Um dos exemplos era a festa das caretas que também existia no Maranhão, eles saíam na Páscoa. Na véspera da Epifania da mesma maneira que ocorria na Bahia tinha a apresentação da Burrinha que consistia em personagens mascarados. Essa festa ocorria em Lagos (atual Nigéria) e Porto Novo (Benim). Um dia após a apresentação da burrinha era a festa de Nossa Senhora do Bonfim. Em Lagos eles veneram no sexo feminino, por isso, Nossa Senhora do Bomfim. Cunha citando Gilberto Freyre menciona que em Lagos não houve uma associação de Bonfim com as Águas de Oxalá que na Bahia ocorre desde 1870. (CUNHA, 1985, 146) No entanto essa explicação não satisfaz os motivos do culto ser feminino e não masculino.

Para Cunha, havia elementos culturais que pertenciam a todo grupo enquanto que alguns, os mais ocidentais eram apenas dos mais ricos. Os mesmos que fizeram debates sobre uma “revalorização das tradições iorubanas”, quando perceberam que estavam sendo excluídos dos cargos e que o racismo estava sendo exercido pelos ingleses contra eles, como uma maneira de hierarquizá-los. Em virtude da valorização do ioruba, vão ser

publicados jornais bilíngües, em inglês e ioruba. E o ioruba passou a ser ensinado nas escolas que era aprendido apenas o inglês. Iniciam-se estudos do folclore e da literatura iorubana. E nesse contexto, a obra citada na primeira aula, História dos Iorubas do pastor Samuel Johnson é publicada. Além de companhias de danças que executavam danças iorubanas e a adoção de sobrenomes iorubanos que possuíam um caráter simbólico devido ao fato de não haver sobrenomes entre os iorubas. Os retornados que estavam inseridos em famílias pobres pouco acompanhavam esse discurso da revalorização. (CUNHA, 1985, 146-147)

Lagos tinha um calendário religioso disputado entre os retornados brasileiros católicos, pois, além das citadas, também existiam o Natal, um momento de grande celebração. E existiam as festas de Nossa Senhora da Conceição, do Rosário dentre outras. (CUNHA, 1985, 146-147) Ainda sobre a religião Verger, cita um abade missionário que teve na região, e afirmou que alguns dos retornados eram católicos, mas que outros eram apenas no nome, pois ao regressarem se tornaram muçulmanos e ou adoravam seus deuses. (VERGER, 2002, 635-637) No entanto, possivelmente esses africanos já tinham essas práticas no Brasil, mas eram reprimidos e foram obrigados a adotarem um nome cristão. Na nova vida, no regresso, puderam assumir suas práticas e quiça as mesmas foram reelaboradas.

Nas festas religiosas católicas eram servidos pratos específicos e que rememoravam uma culinária brasileira. Na Páscoa, por exemplo, era servido o feijão de leite. Em Lagos, as retornadas brasileiras vendiam mingau, munguzá, pirão de caranguejo alguns pratos que nas terras baianas eram classificados como comidas africanas e em Lagos eram de brasileiros. Ainda sobre as influências na dieta alimentar, Pierre Verger, citando Freyre, menciona o gosto adquirido no Brasil pelos doces como a goiabada. (VERGER, 2002, 632)

Alberto da Costa e Silva menciona o Brazilian Quarter em Lagos que ainda contém alguns casarões coloniais semelhantes aos que encontramos no Brasil. Nas construções das suas mesquitas, os muçulmanos também empregaram esse aprendizado, por isso, há mesquitas semelhantes a igrejas católicas brasileiras, bem como algumas com aspectos arquitetônicos próximos de algumas lojas e casarões encontrados nas terras brasileiras. A mesquita de Shitta Bay se destaca das demais construções pela beleza e opulência.

A experiência brasileira construiu uma identidade comum, por isso formaram comunidades e mantiveram alguns dos elementos que aprenderam no Brasil como a maneira de construir casas. Cunha menciona que os retornados brasileiros se consideravam como uma etnia, possuíam língua própria, o português, utilizavam roupas ocidentais, possuíam festas e cultos religiosos específicos, e existia ainda a culinária. (CUNHA, 1985, 145) Para Souza essa identidade só pode ser entendida dentro do cenário Atlântico, de trocas, como também devido ao relacionamento com os ingleses. Os

retornados seriam uma espécie de intermediários entre os nativos de Lagos e os ingleses, pois com os nativos tinham em comum o fato de serem iorubanos, mas que detinham o conhecimento de algumas práticas culturais ocidentais e nesse aspecto de aproximavam dos ingleses.

No final do século XIX, ocorreu uma entrada de grandes empresas inglesas e um crescente racismo devido a grande migração inglesa para Lagos. Por conta desses elementos, os retornados perderam o lugar de destaque que tinham. Passaram a ocupar os cargos inferiores ou perderem seus empregos.

Na atualidade ainda há essas comunidades, os agudas ou brasileiros como são conhecidos no Benim ou na Nigéria, e mantém alguns elementos da cultura brasileira, como a festa de Nosso Senhor do Bomfim, ou de Nossa Senhora em janeiro ou a feijoada na sua dieta alimentar. E a memória da dificuldade de readaptação as terras africanas.

CONCLUSÃO

A experiência de africanos que retornaram para o continente africano é instigante e inspirou diversos trabalhos bibliográficos, históricos e literários, e na linguagem cinematográfica. Os retornados foram africanos que reconstruíram suas identidades ao chegarem no Brasil escravizados e reelaboraram a mesma ao regressar para as terras africanas. Essa nova identidade foi construída com base em valores culturais brasileiros e africanos, como também de forma relacional com os africanos que não tiveram a experiência Atlântica, e se relacionando também com os ingleses que eram ocidentais. Por fim, que tiveram retornados brasileiros que foram para outras localidades africanas como a região de Angola que não foram abordados nesta aula.

RESUMO

As conexões estabelecidas através do Atlântico entre o Brasil e a África são inúmeras, e os retornados possibilitam perceber mais uma dessas conexões. Através dessa aula podemos descortinar alguns elementos das experiências de africanos que foram escravizados, possivelmente por conta de guerras que estavam ocorrendo no continente africano. Após serem escravizados, foram traficados para o Brasil na condição de escravos e assim o foram durante algum tempo. Após alguns anos no Brasil, acumularam dinheiro e compraram suas alforrias ou conseguiram as mesmas através de negociações com seus senhores. Passaram a viver como libertos no Brasil, em uma nação que não os tratava como cidadãos, e que os perseguia e por isso eles continuaram acumulando capital alforriam sua família, compram suas passagens e regressam a África. Ao retornarem se inserem em atividades comerciais, incluindo o tráfico de escravos, marcam o cenário cultural das cidades que se instalaram. Alguns deles conseguem êxito econômico na outra margem do Atlântico. Reconstróem uma identidade com valores africanos e brasileiros. Alguns elementos da cultura “brasileira” são reverenciados por esses retornados e formam uma comunidade que persiste até a atualidade em algumas cidades do Benim, Nigéria e Gana quês e auto-denominam como brasileiros.

**ATIVIDADES**

- 1ª) Alguns dos retornados levaram capital na sua viagem de regresso, mas uma grande maioria acumulou capital nas terras africanas. Quais foram as principais atividades econômicas exercidas pelos retornados que possibilitaram para alguns o acúmulo de fortuna?
- 2ª) Aponte as características culturais “brasileiras” apontadas no texto que foram incorporadas pelos retornados.

**COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES**

O aluno através das atividades deverá identificar as características econômicas e culturais dos retornados.

PRÓXIMA AULA

Na próxima aula será apontado alguns elementos sobre a colonização europeia na África, suas razões, e nos deteremos com mais afinco na situação de Moçambique.





AUTOAVALIAÇÃO

Alcancei o entendimento da experiência dos retornados brasileiros?

REFERÊNCIAS

CUNHA, Manuela Carneiro de. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, São Paulo: Brasiliense, 1985.

LAW, Robin. “A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico”. In: *Afro-Ásia*, nº 27, 2002, pp.41-77.

MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2004.

SILVA, Alberto da Costa. *Um Rio chamado Atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: ed. UFRJ, 2003.

SOUZA, Mônica Lima. *Entre Margens: O retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870*. Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em História, 2008. (Tese de doutorado)

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo: Do tráfico de escravos entre o Golfo do Benim e a Bahia de todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*. 4ªed. rev. Salvador: Corrupio, 2002.pp.631-668